

O ACESSO E A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL

Maria de Fátima da Costa Cordeiro Henrique Pereira¹

Maria do Rosário de Fátima Brandão de Amorim²

RESUMO

O acesso ao ensino superior é garantido pela lei nº 13.409/2016, que estabelece cotas para a inclusão de pessoas com deficiência. Contudo, surgem questões sobre a presença desses estudantes nos cursos, as ações de apoio à sua permanência e a construção de projetos pedagógicos inclusivos. Este estudo investigou o acesso e a permanência de estudantes com deficiência em uma instituição pública federal de ensino superior, com o objetivo de entender as ações do Núcleo de Acessibilidade e a percepção dos estudantes sobre sua inclusão. Foram consultados teóricos como Cantorani et al. (2020), Guedes (2020), Giordani et al. (2020), Cabral et al. (2020), Silva e Pavão (2020), entre outros, que fundamentaram a pesquisa. A metodologia envolveu a aplicação de questionários digitais, por meio da plataforma Google Forms®, a estudantes com deficiência e ao Núcleo de Acessibilidade da instituição. Também foram analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) para verificar a presença da inclusão nos currículos. Os resultados indicaram que, na maioria dos casos, os PPCs não contemplam a inclusão de pessoas com deficiência, o que prejudica a permanência desses estudantes na universidade. Além disso, as ações do Núcleo de Acessibilidade são essenciais para garantir o acesso e a permanência, mas ainda existem barreiras que precisam ser superadas. O estudo evidenciou a necessidade de mudanças significativas nos projetos pedagógicos e nas práticas institucionais para promover a inclusão de estudantes com deficiência de forma efetiva. O Núcleo de Acessibilidade (NACES) da instituição deve implementar ações mais abrangentes para apoiar esses estudantes durante todo o percurso acadêmico, desde o ingresso até a conclusão dos cursos, garantindo sua plena participação e sucesso acadêmico.

Palavras-chave: Inclusão. Estudantes com Deficiências. Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

A inclusão das pessoas com deficiência tem uma história que atravessa a humanidade. No âmbito educacional houve um grande avanço ao abandonar as salas especiais e reconhecer

1

Graduada pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Vinculada ao Grupo de Estudos em Inclusão-GEI, mdefatimapedagoga@gmail.com

² Professor orientador: Doutora em Psicologia Cognitiva, Orientadora do TCC. Líder do Grupo de Estudos em Inclusão-GEI/UFRPE. Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE-PE, maria.amorim@ufrpe.br.



a diversidade, o acolhimento, a igualdade de oportunidade, a acessibilidade e o respeito, que são os princípios da inclusão e reconhecidas na educação básica.

No ensino superior a inclusão perpassa pela implementação de outros princípios, para além dos já citados, tais como, pelo acesso e permanência, pelas adaptações ao acesso dos conteúdos das disciplinas, pela acessibilidade da instituição, pela eliminação de barreiras comportamentais, pedagógicas e comunicacional, pela valorização da diversidade, promovendo respeito à dignidade humana, e, não menos importante preparar professores e demais profissionais da instituição para lidarem com a diversidade.

No Brasil, a inclusão no ensino superior, obteve uma conquista imensurável, por meio da Lei nº 13.409/2016, que estendeu a política de cotas às pessoas com deficiência, garantindo a elas o acesso nas instituições públicas federais. Porém, essa grande conquista tem desafiado o acesso que é apenas o primeiro passo; e a permanência e a participação plena ainda dependem de práticas pedagógicas e institucionais que reconheçam e valorizem a diversidade.

Embora se reconheça os avanços legais, a literatura mostra que persistem barreiras — algumas visíveis, como as arquitetônicas, e outras mais sutis, como as atitudinais e pedagógicas — que limitam o percurso acadêmico dos estudantes com deficiência.

O estudo fundamenta-se em autores como Cantorani et al. (2020), Guedes (2020), Giordani et al. (2020), Cabral (2020) e Silva e Pavão (2020), entre outros, que oferecem importantes reflexões sobre a inclusão no ensino superior e suas múltiplas dimensões.

Cantorani et al. (2020) lembram que a inclusão não se resume à matrícula ou ao cumprimento da lei, mas exige mudanças na forma de ensinar, nas relações e na própria cultura institucional. Guedes (2020) reforça que a permanência desses estudantes depende de políticas contínuas de acompanhamento e de estratégias que respeitem as singularidades de cada um, rompendo com o modelo homogêneo de ensino que ainda predomina nas universidades.

Outros autores também destacam diferentes aspectos dessa realidade. Giordani et al. (2020) apontam que muitas ações inclusivas ainda têm caráter compensatório, concentrando-se na adaptação de espaços físicos, mas sem tocar nas dimensões epistemológicas e metodológicas da formação. Cabral (2020) observa que a inclusão só se concretiza quando o currículo é tratado como espaço de diversidade, aberto a diferentes modos de aprender e de produzir conhecimento. Por outro lado, Silva e Pavão (2020) destacam o papel fundamental dos Núcleos de Acessibilidade, que devem atuar de forma integrada à gestão e ao corpo docente, orientando políticas que realmente favoreçam o acesso e a permanência com qualidade.



Diante desse cenário, este estudo se justifica pela necessidade de compreender como a inclusão das pessoas com deficiência tem se configurado, na prática, em uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior. Não se trata apenas de verificar o cumprimento da legislação, mas de investigar de que maneira as políticas institucionais, os projetos pedagógicos dos cursos e as ações do Núcleo de Acessibilidade contribuem — ou não — para tornar o ambiente acadêmico mais acessível e acolhedor.

A relevância desta pesquisa está em duas dimensões: a social, por tratar de um direito humano básico, e a acadêmica, por buscar ampliar o debate sobre a efetividade das políticas de inclusão no ensino superior. A partir dessa inquietação, surgem perguntas centrais: quantas pessoas com deficiência estão matriculadas na instituição e em quais cursos? Que recursos e ações são ofertados para garantir sua permanência? Os projetos pedagógicos de curso contemplam a inclusão como princípio formativo? Qual é o papel real do Núcleo de Acessibilidade? E como os próprios estudantes avaliam sua experiência de inclusão na universidade?

Com base nessas questões, o objetivo deste trabalho foi investigar como ocorre a inclusão das pessoas com deficiência em uma Instituição Pública Federal de Ensino Superior, analisando tanto as ações institucionais, quanto a percepção dos sujeitos envolvidos. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa, com análise descritiva, realizada por meio de questionários aplicados aos estudantes com deficiência e ao Núcleo de Acessibilidade, utilizando a plataforma *Google Forms*®. Além disso, foram analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), buscando identificar se a perspectiva inclusiva aparece de forma explícita nas propostas curriculares.

Mediante o aporte teórico e os resultados da coleta de dados, essas contribuições ajudaram a compreender que a efetivação do direito à educação não se resume a cumprir leis ou adaptar espaços, mas envolve mudanças culturais e pedagógicas profundas, capazes de reconhecer a diversidade como elemento central do processo formativo.

Os resultados preliminares indicam que, embora os documentos institucionais façam referência à acessibilidade e à inclusão, ainda há um distanciamento entre o discurso e a prática. Em vários cursos, os princípios inclusivos não estão incorporados de maneira efetiva aos projetos pedagógicos. Diante disso, reforça-se a necessidade de que as instituições de ensino superior fortaleçam suas políticas e ampliem suas ações, garantindo não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes com deficiência. Somente assim será possível consolidar uma universidade verdadeiramente inclusiva, democrática e socialmente comprometida.



METODOLOGIA

Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa em questão é quali-quantitativa, descritiva, exploratória, pois segundo Knechtel (2014, p.106):

A modalidade de pesquisa quali-quantitativa “interpreta as informa quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos(semântica)”

Participaram da pesquisa, os estudantes que ingressaram com alguma deficiência na instituição de ensino pesquisada, tomando como referência o ano de 2021.1 e 2021.2, após o retorno presencial provocado pela pandemia da Covid 19. Dentre esses estudantes com deficiência, 13 deles responderam ao questionário, que foi construído por meio do *Google Form*®. Dentre os respondentes, 2 foram do curso de Licenciatura em Pedagogia; 2 do curso de Bacharelado em Administração; 1 do curso de Bacharelado em Sistema de Informação; 1 do curso de Bacharelado em Ciência Econômicas; 2 do curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol; 2 do curso de Licenciatura em História; 3 do curso de Bacharelado em Gastronomia. Um outro questionário foi aplicado ao o Núcleo de Acessibilidade da universidade pesquisada, também construído pelo *Google Form*®. Em ambos os casos o convite foi enviado por e- mail, pois a pandemia ainda resguardava restrições.

TRILHANDO SOBRE A TESSITURA DA LITERATURA BRASILEIRA, QUANTO A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Para aprofundar o campo teórico, realizou-se um mapeamento de pesquisas publicadas entre 2015 e 2021 sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. A busca foi feita nas bases Google Acadêmico, CAPES e SciELO, utilizando os descritores “Inclusão”, “Estudantes com Deficiência” e “Ensino Superior”, no idioma português. Foram incluídos apenas artigos diretamente relacionados ao tema e excluídos trabalhos como teses, dissertações e editoriais. Observou-se crescimento significativo nas publicações e debates sobre a inclusão no ensino superior. Cabral, Orlando e Meletti (2020), em sua pesquisa intitulada “*O retrato da exclusão nas Universidades Brasileiras: os limites da inclusão*”, teve como objetivo apresentar o panorama do acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior no Brasil.

Os autores extraíram os dados por meio do Censo do Ensino Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e por meio do Censo Demográfico (2010), conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde buscaram analisar os microdados da educação superior, quanto às matrículas nas



universidades brasileiras. Os resultados apontaram para uma situação já conhecida, dentro da educação, qual seja, o sistema educacional brasileiro parece ter falhado em fornecer uma educação completa às pessoas com deficiência (Cabral et al, 2020, p.7). É importante ressaltar que, embora o nível de instrução retirado dos dados terem considerados aqueles que não estão em idade de ensino superior todavia a categoria idade foi estendida até os 64 anos. Por este motivo, o resultado corrobora na falha de acesso educacional ao ensino superior, ou algo ocorreu durante o seu percurso escolar. Apesar deste achado, no que tange a questão das matrículas das pessoas com deficiência nas universidades, embora tenha havido um aumento representa apenas 0,33% e 0,49%, no período pesquisado pelos autores.

Para melhor desvelar a grave situação, os autores compararam a seguinte situação: se todas as pessoas com deficiência com ensino médio completo e ensino superior incompleto estivessem matriculados em 2018, os estudantes com alguma deficiência em universidades chegaria à marca de 16,6%” (ibidem, 2020, p.8) e não ao que foi encontrado. Portanto, a representação do real e o ideal traduz uma grave lacuna no sistema educacional brasileiro. No final do seu estudo, os autores chegaram as seguintes conclusões:

1- a representação de estudantes com deficiência em universidades brasileiras ainda é limitada; 2 – estudantes com deficiência estão, majoritariamente, em universidades privadas, mas sua representação em universidades públicas é quase duas vezes mais alta; 3 – estudos que analisam o processo de escolarização de estudantes com deficiência do primeiro ao último ano são fundamentais, como um indicador da efetividade e práticas internas de inclusão; 4 – as políticas de inclusão necessitam de revisão. Não podemos mais nos satisfazer com o atual cenário do acesso à educação, ele é um retrato da exclusão, e não da inclusão. (CABRAL, 2020, p.12)

Embora o cenário seja tenebroso, o fato é que há o aumento do número de matrículas de estudantes com deficiência nas universidades, que pode representar um efeito positivo de tais políticas. Mas, em querer compreender o acesso e a permanência das pessoas com deficiência, que ingressam no ensino superior, Pereira, Faciola, Pontes, Ramos e Silva (2020), realizaram um estudo sobre *“Alunos com deficiência na Universidade Federal do Pará: dificuldades e sugestões de melhoramento”*, que tiveram como objetivo do estudo descrever as características socioeconômicas e acadêmicas de alunos matriculados no campus do Guamá da UFPA, identificando suas percepções no que tange as dificuldade encontradas no contexto universitário, conhecendo suas sugestões de melhoramento no que se refere à acessibilidade física, metodológica, atitudinal, comunicacional, instrumental e programática (IBIDEM, 2020, p. 389).

Os resultados apontaram que a acessibilidade arquitetônica foi o ponto fraco, revelando necessidades de adequações e maior investimento por parte da IES. Outro dado relevante foi que há uma lacuna quanto ao cumprimento da Portaria no.3.284/2003, que recomenda que



as universidades devem garantir espaço livre de barreiras arquitetônica, apoio no que se referem à provisão de material em Braille, softwares, leitores, material para ampliação de textos, acervo bibliográfico em Braille e material em áudio, assim como intérpretes de LIBRAS, flexibilidade na correção das provas escrita, estimulação do discente para o aprendizado do português na modalidade escrita entre outros recursos. (IBIDEM, 2020, p.397 – 398).

Para além desse reconhecimento, a IES verificou que há barreiras arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental que prejudicaram fortemente a participação dos estudantes durante a pesquisa, mas que a universidade vem se desafiando para ultrapassar as carências identificadas, mas entende que o processo necessita atravessar uma longa jornada, para suprir pesquisa, monitoria e extensão, bem como, planejar ações de apoio financeiro para melhorar as condições da acessibilidade em geral.

Cantorani, Pilatti, Helmann e Silva (2020), buscaram compreender “*A acessibilidade e a inclusão em uma instituição de Ensino Superior a partir da Lei nº 13.409*” promulgada em 2016, que dispõe sobre reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de nível técnico e superior das instituições federais de ensino. Participaram do estudo dois gestores da mesma IES investigada, que desvelaram uma triste realidade: a lei foi reconhecida como justa e necessária, mas que necessita de um maior amparo do governo federal, para garantir a responsabilidade financeira, já que esta foi repassada para as instituições e não há previsão orçamentária governamental para que a acessibilidade e inclusão alcancem os níveis esperados (IBIDEN, 2020, p.19). Embora os autores, não tenham mencionado em seu estudo faz-se necessário lembrar o Decreto 5.296/2004 que regulamentou as condições para a implementação de Política Nacional de Acessibilidade, na qual resultou na implementação do Programa Incluir do governo federal em 2005. Assim, entre 2005 e 2011, houveram chamadas públicas, voltadas para atender o referido programa.

Outro aspecto a ser ressaltado sobre a questão da acessibilidade da pessoa com deficiência no ensino superior, é que desde de 2008, quando foi implementada a Política Nacional para Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pactuada pelo Decreto 186/2008, já havia o reconhecimento sobre as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, evidenciando a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las. A educação inclusiva assumiu nesta política, o espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel das instituições educacionais na superação da lógica da exclusão. (BRASIL, 2008, p.5).

É necessário reconhecer que apesar dos avanços políticos, só em 2013 é que algumas IES passaram a investir acerca da acessibilidade, uma vez que este item passou a ser um indicador importante, do novo instrumento de avaliação institucional do INEP.



Guedes (2020) realizou um estudo de caso, com uma deficiente visual, em seu artigo publicado *“Luta por dignidade e inclusão da pessoa com deficiência no ensino público superior: uma experiência de construção de acessibilidades na perspectiva da gestão inclusiva no noroeste brasileiro”*. O autor, concluiu que: a) a naturalização inclusiva deve fazer parte do ambiente acadêmico universitário e estar presente como objeto da gestão universitária; b) que no campus estudado houve a ausência da chamada consciência inclusiva⁴ na universidade, bem como entre as comunidades acadêmicas em geral; c) que a aluna na universidade não obteve êxito, quanto a sua permanência na universidade e d) que é necessária mudanças estruturais para transformações atitudinais (culturais), sem as quais nenhuma outra acessibilidade poderá ser concretizada nas práticas cotidianas da universidade pública.

Na esteira da preocupação de Guedes (2020) pelo insucesso inclusivo no ensino superior, três artigos foram identificados. O primeiro foi publicado por Ziliotto, Souza e Andrade (2018) em seu artigo *“Quando a inclusão não se efetiva: a evasão de surdos ou com deficiência auditiva no ensino superior”*, que analisaram a evasão de alunos surdos em IES privada, a partir de pesquisa documental, no período de 2000 a 2013, por meio de estatística descritiva. Quanto ao perfil relativo à idade, os autores identificaram que dos 33 respondentes, 57,58% estavam entre 20 a 39 anos; 36,36% entre 40 a 59 anos e 6,06% acima dos 60 anos. O estudo não evidenciou o critério utilizado quanto à categoria faixa etária, mas foi demonstrado que a idade de 20 anos havia uma predominância de pessoas com deficiência auditiva matriculados no ensino superior, sendo a primeira experiência acadêmica. Quanto aos estabelecimentos escolares de conclusão do ensino médio, a de maior incidência foram procedentes das escolas de educação especial (61%), seguidos de escola de ensino regular (30%) e 3% advindos do ensino de educação de jovens e adultos (EJA). Quanto ao modelo de ingresso no ensino superior, a maioria prestou vestibular, e os demais ingressaram por outras formas, tais como transferências de outra IES e ENEM. Os ingressantes com deficiência auditiva tiveram que organizar o semestre quanto à escolha das disciplinas, bem como ajustar o horário, para reconduzi-los às salas com intérprete de Libras. Embora houvesse a aplicação dessa estratégia, os dois primeiros semestres foram decisivos para ocorrer a evasão, mesmo que a IES não tenha encontrado os reais motivos que justificaram o abandono dos cursos. Embora os autores tenham evidenciado alguns aspectos da não continuidade da formação inicial, evidenciaram algumas razões, tais como: motivos financeiros, pessoais, mudança de estado, saúde, trabalho, mudança de estado, dentre outros acontecimentos. No entanto, não ficou claro quanto ao número de respondentes que elicitaram tais justificativas.



O segundo estudo, foi realizado por Gomes, Silva e Souza (2018) em seu artigo *“Educação inclusiva de estudantes surdos na universidade federal de Sergipe”*, que propôs realizar uma reflexão sobre a atuação dos docentes na Universidade Federal de Sergipe – UFS, uma vez que houve um aumento significativo de ingressos surdos na referida IES, segundo dados publicados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira – INEP (BRASIL, 2011, 2013, 2015). A UFS criou em 2014 a Divisão de Ações Inclusivas – DAIN. Em 2016 este órgão administrativo, identificou 225 ingressos com algum tipo de deficiência em diversos cursos de graduação da UFS. Conclui o estudo que a inclusão das pessoas com deficiência é recente e que está distante de ser alcançada, sendo necessário construir esforços de todos da universidade. A formação continuada de toda comunidade acadêmica é de extrema importância e que cabe a instituição realizar este enfrentamento para promover contextos que promova a inclusão.

O terceiro estudo foi voltado para um olhar mais específico publicado por Sanches e Silva (2019) que buscaram compreender o processo de inclusão dos estudantes surdos no curso de graduação em Pedagogia, contido em seu artigo *“A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia”*, que foi realizado por meio de uma investigação qualitativa, de natureza descritiva, utilizando uma entrevista semiestruturada aplicada em três alunos surdos, bem como fazendo uso da observação das aulas, onde os mesmos estavam matriculados. Os resultados foram categorizados em dois grupos: a) o que pesam os estudantes surdos sobre o seu processo de inclusão e b) o que esses estudantes fazem na sala de aula. Na primeira categoria, os estudantes surdos compreendem sobre o paradigma da inclusão, os documentos orientadores são familiares, entendem e concordam com os princípios e as práticas que são propostas, mas afirmam preferir as salas especiais para a aprendizagem (IBIDEN, p.155).

Na segunda categoria, os estudantes surdos participam das atividades individuais e em grupo, procuram estar perto dos intérpretes para melhor se ajustar aos processos de aprendizagem e melhorar a interação em sala de aula, mas relataram acerca das dificuldades dos ouvintes e dos professores não dominarem a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (IBIDEN, p.155).

Por fim, as autoras concluíram que a maior barreira é a falta do domínio da LIBRAS na promoção da interação entre os pares, seja aluno x aluno ou aluno x professor, pois é irreal ter a existência de intérpretes em todas as situações acadêmicas e ressalta que encontrar alternativas que amplie a comunicação no ambiente universitário pode ser um caminho de uma inclusão mais justa, quando não houver o intérprete.



ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS OBTIDOS

A técnica de análise de dados utilizada para analisar os dois questionários foi por meio do método descritivo, onde foram analisadas as informações.

De acordo com a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, da IES pesquisada, as matrículas realizadas no ano letivo de 2022, calendário acadêmico 2021.1 e 2021.2, contabilizaram 7.495 (sete mil quatrocentos e noventa e cinco) matrículas no campus Dois Irmãos. Deste quantitativo, o Núcleo de Acessibilidade - NACES em novembro de 2021, registrou 200 estudantes com alguma deficiência, distribuídos entre 24 cursos.

Quadro 1 – Distribuição dos estudantes com algum tipo de deficiência na IES pesquisada.

Tipo de deficiência	Número de estudantes	%
Def. Física	91	45,5%
Def. Auditiva	27	13,5%
Def. Visual e Baixa visão	24	12%
Monocular	12	6%
Def. Surdez	11	5,5%
Def. Intelectual	11	5,5%
Def. Múltipla	6	3%
Def. Cegueira	5	2,5%
TEA	5	2,5%
TDAH	4	2%
Mobilidade reduzida	2	1%
Hemodiálise que gerou deficiência	1	0,5%
Superdotação	1	0,5%
TOTAL	200	100%

De acordo com Pereira et al (2020), os processos de inclusão de alunos com deficiência nas instituições educacionais são fenômenos recentes dentro da realidade brasileira, havendo impulso significativo oportunizado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos, promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, em 1998, bem como através da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). Segundo Souza Ziliotto e Fadua (2018), a década de 2000 e 2010 no Brasil é marcada pela ampliação de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior, isto advém do aumento das políticas de inclusão na educação básica e das ações afirmativas de acessibilidade ao ensino superior, reforçada pelo Decreto Lei 13.409/2016 (BRASIL, 2016), que trata sobre as cotas. Em todos os cursos em que foram identificados estudantes com algum tipo de deficiência, foi necessário realizar uma leitura mais apurada

para que identificasse a acessibilidade e a inclusão da pessoa com deficiência na formação inicial dos ingressantes nos PPCs de cada curso. A conclusão que foi extraída foi que os cursos precisam promover ações que permitam a superação das barreiras existentes desde o acesso, e promover a conclusão, e evitar a evasão, desses estudantes com deficiência, com qualidade e oportunidade. Poucos aludiram acerca da questão, mas para aqueles que minimamente remeteram às diferenças, a linguagem era generalista, sem especificar as ações a serem desenvolvidas na formação dos ingressantes nas características das diferenças individuais. Em relação às atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Acessibilidade - NACES, foi identificado que elas estão circunscritas aos atendimentos pedagógicos, formação docente, adaptação de materiais, tradução de interpretação de Libras. Em adição, o NACES realiza atendimentos especializados aos estudantes conforme suas necessidades específicas. Entretanto, o grupo de trabalho é embora disponha de instrumentos e equipamentos que visem melhorar e/ou facilitar o atendimento dos alunos atendidos, tais como: Gravador de voz; Impressora Braille; Scanner acoplado, computador; fotocopadora que amplie textos; Materiais de informações aos professores e técnicos administrativos sobre as necessidades específicas de pessoas com deficiência; Lupas ou Tele Lupas; Tradutor e intérprete de língua de sinais/língua portuguesa; Réguas de leitura. Fica aqui evidente que a aquisição e a posse desses recursos em uma instituição de ensino superior pública, demonstra, não apenas o interesse em incluir os seus alunos que possuam algum tipo de deficiência, para garantir o acesso e a permanência desses estudantes no espaço acadêmico. Porém, como tido anteriormente, os recursos humanos do NACES, para promover tal demanda institucional é mínimo e vai na contramão dos recursos tecnológicos.

Outro dado relevante foi sensibilizar os docentes para a flexibilização curricular nos diversos cursos, onde as pessoas com deficiência estão inseridas, bem como haja a flexibilização das avaliações escritas e trabalhos acadêmicos. Estes achados corroboram com os achados de Lara e Sebastián- Heredero (2020); Cantorani, Pilatti, Helmann e Silva (2020) ao pontuarem acerca do Decreto 5.296/2004, que regulamentou as condições para a implementação de Política Nacional de Acessibilidade, na qual resultou na implementação do Programa Incluir do governo federal em 2005. Assim, entre 2005 e 2011, houveram chamadas públicas, voltadas para atender o referido programa, bem como a implementação dos Núcleos de Acessibilidades para a promoção do acesso e permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior.



No que diz respeito à percepção dos estudantes em relação ao seu processo de inclusão, este item buscou compreender sobre a permanência, mas acima de tudo desvelar o motivo da(s) evasão(s), que é outro ponto importante para ser estudado e ampliado, para possibilitar as IES desenvolverem no meio acadêmico a inclusão, tal como apontam os estudos desenvolvidos por Gomes, Silva e Souza (2018); Ziliotto e Fadua (2018); Sanches e Silva (2019) e Guedes (2020), que pesquisaram e evidenciaram os insucessos inclusivos no ensino superior. A percepção dos estudantes que foram aplicados pelo *Google Form®* revelaram uma baixa adesão dos participantes, não sendo possível inferir achados que possam contribuir com o debate. Dos 200 alunos matriculados, só 13 (0,65%) de participação, portanto, 99,35% ficaram à margem da pesquisa. Nesse sentido as respostas obtidas pouco traduzem a realidade e representa um número baixo. Uma das hipóteses para essa baixa adesão esteja ancorada na não presencialidade e pela possível dificuldade em lidar com a tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da vida, as pessoas com deficiência passam por processos discriminatórios de exclusão, negativas de direitos e de preconceitos, demarcado pelo capacitismo, ou seja, pelas limitações das pessoas com deficiência, na qual perseguem e permanecem durante toda a sua vida escolar dessas pessoas, que são a minoria na população.

Ao atingir o grau superior, esses indivíduos esbarram em novas e desafiadoras barreiras tanto de acesso, quanto de permanência, que por direito deve-se garantir a sua ocupação nesse espaço de educação. Porém, não só basta ter o acesso à universidade pública, como um direito instituído por lei, mas, acima de tudo, ter as mesmas oportunidades e acessibilidade que permitam às pessoas com deficiência a ultrapassarem as barreiras enfrentadas dentro da IES para concluir o curso da sua formação inicial.

Nesse contexto, esta pesquisa buscou contribuir para a reflexão sobre a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior público, e que através desse tema aqui discutido outras pesquisas venham a ser feitas, sendo essa uma temática tão necessária na nossa atualidade. Futuramente, poderia ser realizado um aprofundamento no tema, realizando entrevistas com os estudantes com deficiência, de modo presencial, a plataforma on-line dificultou a coleta dos dados.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisa Anísio Teixeira – INEP, Sinopse estatística da educação superior 2011, 2013 e 2015. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses_estatisticas. Acesso em 27.fev.2022.

BRASIL.Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em: 11 abr. 2022.

CABRAL, Vinicius Neves de; ORLANDO, Rosemeire Maria; MELETTI, Silvia Maria Ferreira; O Relato da Exclusão nas universidades Brasileiras: os limites da inclusão. **Educação & Realidade, Porto Alegre**, v. 45, n. 4, 105412, outubro de 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236105412>> Acesso em: 27 jan. 2022.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; HELMANN, Caroline

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.193p. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5513474.pdf>> Acesso em: 01 jun. 2022

LIEVORE; SILVA, SANI de Carvalho RUTZ da; A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Revista Brasileira de Educação, Paraná, Curitiba, PR, Brasil**, v. 25 e 250016-2020. Jun./nov. de 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782020250016>> Acesso em: 04 mar. 2022.

LARA, Patrícia Tanganelli; SEBASTIÁN-HEREDERO, Eladio; Organização do acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior a partir da instauração do programa incluir. **Revista online de política e gestão educacional, Araraquara**, v. 24, n. esp. 2, p 1137-1164, set 2020. Disponível em: <[DOI:https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.14337](https://doi.org/10.22633/rpge.v24iesp2.14337)>. Acesso em: 12 fev. 2022.

PEREIRA, Rosamaria Reo; PONTES, Fernando Augusto Ramos; RAMOS, Maély Ferreira Holanda; FACIOLA, Rosana Assef; SILVA, Simone Souza da Costa. Alunos com Deficiência na Universidade Federal do Pará: Dificuldades e Sugestões de Melhoramento. **Revista Brasileira de Educação. Esp., Bauru**, v.26, n.3, p.387-402, jul.-set.,2020. Disponível em: <<https://DOI.org/10.1590/1980-54702020v26e0087>> Acesso em: 27 jan. 2022.

SANCHES, Isabel Rodrigues; SILVA, Polliana Braboza. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: o caso de um curso de Pedagogia. *Revista Portuguesa de Educação*, 32(1), pp 155 – 172. junho, 2019. Doi: 10.21814/rpe.14955. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/333712705_A_inclusao_de_estudantes_surdos_no_ensino_superior_brasileiro_O_caso_de_um_curso_de_Pedagogia. acesso em: 27 jan. 2022.

